

*Notas preliminares sobre  
o jornalismo da Rede Globo:  
um estudo de caso sobre o DF-TV*

---

---

**Venício A. de Lima**

Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política,  
Universidade de Brasília

---

---

**Resumo**

Este artigo estuda as transformações do telejornalismo produzido pela Rede Globo e suas diferenças de nível nacional e local. A análise do telejornalismo de Brasília-DF sugere uma significativa mudança da tradição do jornalismo oficial.

**Palavras-chave:** telejornalismo, jornalismo oficial, construção de notícia, Rede Globo.

**Abstract**

This article studies the transformation of the telejournalism made by Globo Network and the distinctions observed JN its national and local levels. The analysis of the telejournalism of Brasília-DF suggests a significant changing JN the traditional official journalism.

**Keywords:** telejournalism, official journalism, newsmaking, Globo Network.

## Introdução<sup>1</sup>

Pesquisadores, críticos de cultura e analistas da contemporaneidade, trabalhando de diferentes perspectivas, disciplinar e teórica, tem reconhecido que a televisão - o mais poderoso e onipresente dos mídia eletrônicos - atravessa um período de transição, marcado por importantes e rápidas transformações. Apesar disso, a televisão tem aumentado - e não diminuído - sua influência decisiva no cenário mundial (SARTORI, 1993; BOURDIEU, 1997). As novas tecnologias da TV paga (por assinatura) - cabo, MMDS ou satélite - e a *convergência* entre telefone, televisão e computador, são os fatores freqüentemente identificados como a causa imediata dessas mudanças. Uma das manifestações mais reconhecidas dessa transição é, por exemplo, a progressiva queda dos índices de audiência da TV "aberta", em conseqüência de um *deslocamento* do segmento culturalmente mais sofisticado dos telespectadores para a TV paga, onde a oferta de alternativas de programação seria, além de quantitativamente maior, de qualidade superior (SQUIRRA, 1997). A resposta comercial a essa migração de audiência tem sido chamada de "tabloidização" da TV aberta (ALVES, 1997).

Um dos setores onde as transformações na televisão se manifestam de forma mais expressiva é o *telejornalismo*. Por um lado, as novas tecnologias de comunicações - o computador *laptop*, o telefone celular, as filmadoras portáteis, as mini-parabólicas, as redes de informação, a internet etc. - agilizaram os processos de coleta e distribuição de informação de maneira sem precedentes, e criaram, segundo alguns autores, possibilidades inéditas para a interatividade entre os mídia e seus usuários (MIRA, 1994). Por outro lado, o telejornalismo passou a ocupar um papel cada vez mais central na estratégia comercial das empresas de televisão. Isso pode ser constatado pelo recente aparecimento de canais nacionais (ex. Globo News), regionais (ex. CBS Tele Notícias) e globais (ex. CNN) especializados em notícias; e também pelo espaço cada vez maior que os programas informativos passaram a ter dentro da programação total.

Desta forma, o telejornalismo transformou-se em fonte de receita vital para as empresas de mídia. Tudo isso, é claro, provoca conseqüências importantes para uma redefinição da cultura profissional do jornalista e da prática do jornalismo de televisão (HALLIN, 1996).

---

<sup>1</sup> O Autor agradece a leitura crítica e as sugestões, nem sempre acolhidas, de Mauro Porto e Samuel Malheiros; as informações de Nélia Del Bianco e Hélio Doyle sobre rádio e televisão em Brasília; a gravação dos telejornais por Keller Sleumer (MG) e Tatiana Lima (RJ) e Liziane Guazina (RS) que também ofereceu sugestões e ajudou na cronometragem das notícias. Os erros que permanecem são, naturalmente, de exclusiva responsabilidade do Autor.

E-mail: <vadelima@guarany.unb.br>

Simultaneamente a essas transformações, significativos avanços têm sido registrados na pesquisa sobre comunicação e jornalismo e, em particular, sobre o telejornalismo. Duas dessas novas tendências merecem registro especial porque têm implicações diretas para a compreensão das questões que nos interessam aqui: o poder de *agenda setting* e o *newsmaking*.

Há cerca de 25 anos a hipótese do *agenda setting*, cujas pesquisas, em sua grande maioria se referem ao jornalismo impresso e de televisão, vem questionando a tradição dos efeitos limitados, redescobrimdo o poder de longo prazo que os mídia exercem na construção e *enquadramento (framing)*<sup>2</sup> das agendas pública e política, isto é, na definição dos mapas cognitivos que orientam a tomada de decisões cotidianas do cidadão comum e na determinação das áreas de atuação do poder público (TRAQUINA, 1995).

Já os estudos sobre *newsmaking*, ou sobre “a construção da notícia”, têm revelado como a “distorção involuntária” é inerente à produção de notícias, seja pela definição mesma dos critérios de noticiabilidade, seja pelos inúmeros fatores relacionados às rotinas produtivas, à seleção das notícias ou à sua edição (WOLF, 1987).

No Brasil, apesar dos diversos estudos já realizados, não se pode afirmar que exista uma tradição consolidada de pesquisas específicas sobre telejornalismo. Além disso, os trabalhos disponíveis têm se concentrado no estudo do telejornalismo nacional das redes de televisão, em particular, no “Jornal Nacional” da Rede Globo (LINS DA SILVA, 1985; SQUIRRA, 1993; ALBUQUERQUE, 1994; FABRÍCIO, 1997). O telejornalismo local, que sofre também as transformações que atingem a televisão como um todo, é uma área de estudos praticamente inexplorada entre nós.

Estas Notas Preliminares pretendem, exatamente, levantar questões iniciais sobre o *telejornalismo* e indicar as bases para um possível projeto de pesquisa comparada, em nível nacional, entre o telejornalismo *nacional* e o telejornalismo *local* da Rede Globo de televisão. Trabalhamos com o pressuposto de que, no jornalismo praticado na principal rede de televisão do país, persistem *diferenças* que vão além da definição clássica do campo de interesse da notícia, isto é, se ela refere-se a assuntos locais/regionais ou nacionais.

A hipótese geral de trabalho para um projeto de pesquisa futuro deveria ser que, a partir de abril de 1996, o telejornalismo *nacional* continua “governista” e o telejornalismo *local*, de forma aparentemente contraditória, passou a praticar um tipo de cobertura “adversária” em relação ao “governo local”. Interessa-nos buscar

---

<sup>2</sup> Na definição de T. Gitlin (1980), *enquadramentos* são “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, e ainda de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os *symbol-handlers* organizam rotineiramente o discurso, quer verbal, quer visual.”

essas diferenças analisando comparativamente o conteúdo, a estrutura (formato) e o enquadramento das notícias veiculadas nacional e localmente. Além disso, verificada a existência dessa diferença nacional vs. local, interessa-nos identificar (1) as razões que a explicam; (2) o papel que os telejornais nacional e locais (e os jornalistas envolvidos na sua produção) atribuem a si mesmos; e (3) as conseqüências de curto e longo prazo que esse tipo de prática jornalística teria para a consolidação democrática.

### **O telejornalismo nacional**

Os estudos disponíveis sobre o Jornal Nacional são unânimes em identificar a sua história de *oficialismo* ou apoio explícito aos diferentes governos brasileiros desde que a sua primeira edição foi ao ar em 1º de setembro de 1969, em pleno regime militar (LIMA, 1988). Era comum, mesmo nas rodas de jornalistas, a referência ao Jornal Nacional como "Diário Oficial da TV" (BRICKMANN, 1997) ou "escola de jornalismo subserviente" (BARROS E SILVA, FSP, 25/5/1997).

Desde abril de 1996, todavia, várias mudanças tem ocorrido no Jornal Nacional. Em geral, elas são associadas, de maneira um tanto simplificada, à nova orientação imprimida a partir da substituição de Alberico de Souza Cruz por Evandro Carlos de Andrade na direção do telejornal (BRICKMANN, 1997).

Uma pesquisa comparada recente, conduzida por Porto (1997), trabalhou com a hipótese de que as mudanças operadas no JN pretendem "*a more active and 'independent' journalism that would be able to build a new image for the network. The main objective of this strategy would be to change Globo's negative reputation as a pro-government network (...) JN this way Globo would be able to manage the dangers involved JN colliding with its audience and losing it to its competitors*" (p.16). Todavia, a pequena amostra utilizada para a comparação (seis edições do JN em novembro de 1995 e seis edições em abril de 1996) e resultados menos consistentes em relação a alguns aspectos observados (utilização de fontes governamentais, por exemplo), indicam a necessidade de novos estudos para determinar se as tendências encontradas são definitivas ou apenas transitórias.

Por outro lado, analistas independentes têm observado que a vocação do JN para "alinhar-se com o Governo" (explicitamente ou por omissão) em momentos politicamente decisivos continua em vigor. Essa é, por exemplo, a conclusão a que Barros e Silva (FSP, 25/5/1997) chega ao analisar a cobertura - ou a ausência dela - que o JN fez, em maio de 1997, sobre as acusações de compra de votos no Congresso Nacional para a aprovação da emenda constitucional que autoriza a reeleição do Presidente da República: "*Investigar? Que nada. Noticiar? Muito discretamente, para disfarçar. O governismo voltou a galope, despuddorado*", conclui ele.

Considerando a existência de indicações contraditórias como as mencionadas acima, resta, portanto, incompleta a tarefa de comparar o JN nos períodos anteriores a abril de 1996 (estudos já disponíveis) com a cobertura que vem ocorrendo após essa data<sup>3</sup>.

### **O telejornalismo local: um quase "estudo de caso" do DF-TV**

Com relação ao telejornalismo local creio que dispomos de indicações razoáveis sobre a tendência das mudanças que vêm ocorrendo em pelo menos um dos telejornais das emissoras da própria Rede Globo: esse é, certamente, o caso de Brasília.

Uma constatação inicial dessa tendência foi feita na condição de simples telespectador da 1ª edição do DF-TV, um dos três telejornais locais da TV Globo-Brasília e líder de audiência no Distrito Federal, sintonizado, em média, por 80% dos aparelhos ligados em seu horário<sup>4</sup>. Ao longo de 1996 e nos dois primeiros meses de 1997, registrei uma pauta, uma estrutura padrão de cobertura e um *enquadramento* que me levaram a escrever um pequeno artigo, parcialmente publicado pelo *Correio Braziliense* de 11 de março de 1997 sob o título "Brasília segundo a lente do DF-TV". Este pequeno texto provocou manifestações de apoio espontâneas de alguns leitores do jornal, através do e-mail e de cartas e, ao mesmo tempo, gerou reações de desacordo - algumas iradas - de editores e repórteres da TV Globo-Brasília.

Na impossibilidade, a curto prazo, de uma pesquisa comparada dos telejornais locais das emissoras (*próprias* e não das emissoras *afiliadas*) da Rede Globo - RJ-TV, SP-TV, MG-TV, NE-TV e DF-TV - decidimos por uma observação preliminar, um quase "estudo de caso", do telejornalismo local DF-TV, ilustrado com algumas referências à edição equivalente de outros 2 telejornais locais de emissoras próprias (RJ-TV e MG-TV) e de 1 telejornalismo local de emissora afiliada (Jornal do Almoço da RBS-PA) da Rede Globo.

---

<sup>3</sup> Registre-se que, apesar de toda a celeuma dos últimos meses, as pesquisas de audiência mais recentes (IBOPE de 30/9/1997) indicam 41 pontos para o JN e apenas 6 pontos para o 2º colocado, o Jornal da Record com Boris Casoy (Goiás, 8/10/1997).

<sup>4</sup> Os outros telejornais locais são o "Bom Dia DF" que vai ao ar de 2a. a 6a. feira, às 7 da manhã, imediatamente antes do "Bom Dia Brasil" (duração de cerca de 30 minutos, incluindo os intervalos comerciais) e o DF-TV, 2a. edição, que vai ao ar de 2a. a sábado, por volta das 18:50h e tem a duração aproximada de apenas 10 minutos, incluindo os intervalos comerciais.

O dado sobre audiência do DF-TV, 1a. edição, foi fornecido, não oficialmente, pela TV Globo-Brasília, em julho de 1997.

Num período de seis semanas, entre 1º de julho e 8 de agosto de 1997, foram gravados 25 (vinte e cinco) apresentações do DF-TV, primeira edição; 3 (três) apresentações do MG-TV; 4 (quatro) do RJ-TV e 2 (duas) do *Jornal do Almoço* da RBS. Foram ainda realizadas entrevistas abertas com o chefe de reportagem do MG-TV, em Belo Horizonte (8/7) e com o editor-chefe do DF-TV, em Brasília (22/7)<sup>5</sup>.

Considerando que cada edição tem cerca de 25 minutos (a exceção é o *Jornal do Almoço* da RBS que tem cerca de uma hora), foram gravados, no total, cerca de 17 horas de telejornalismo local.

Antes porém de descrevermos o DF-TV, é preciso que nos detenhamos, ainda que brevemente, na caracterização histórica do jornalismo e da prática profissional do jornalista de Brasília, para que se possa compreender as mudanças pelas quais passa o telejornalismo local da Rede Globo.

#### *O jornalismo de Brasília: uma perspectiva histórica*<sup>6</sup>

O jornalismo de Brasília nasce com a cidade, que por sua vez nasce com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro, em 1960. Brasília, como se sabe, não desfrutava de autonomia política nem administrativa: o Presidente da República nomeava os governadores que por sua vez nomeavam administradores regionais. Uma Comissão do Senado Federal legislava para o Distrito Federal. Essa situação perdurou por longos 27 anos. Somente no final de 1986, pela primeira vez, o Distrito Federal elegeu representantes ao Congresso Nacional: três senadores e oito deputados. E somente com a Constituição de 1988, Brasília conquistou sua autonomia política e administrativa passando a ter um governador eleito diretamente e uma Câmara Distrital.

Ao longo de quase 30 anos - mais de dois terços dos quais sob regime militar - a principal pauta do jornalismo de Brasília foi - predominantemente - a *capital federal*, a sede dos *poderes da República* e, neste sentido, constituiu-se um "jornalismo oficial" desde seu nascimento. Existia também, um tipo de *jornalismo local especializado*, dirigido a um público reduzido, à elite política e social que reside em Brasília. Pode-se afirmar que esse jornalismo especializado é quase uma extensão do colunismo social da "grande imprensa" local: sobre as elites e para elas, esse jornalismo só pode existir pela condição de Brasília ser sede dos Poderes da República e das representações diplomáticas<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Registro meu agradecimento aos dois jornalistas entrevistados, apesar das restrições internas a que estão sujeitos quanto a informações sobre sua rotina de trabalho.

<sup>6</sup> Essa seção aparece, com pequenas modificações, em Lima (1993).

<sup>7</sup> Não desconhecemos que existiu em Brasília, desde a sua inauguração, uma importante atividade de rádio local, através de emissoras AM, que fez emergir, inclusive, lideranças políticas que se elegeram nas

Já o jornalismo das sucursais e dos correspondentes de praticamente todos os principais jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão do país sempre reduziu-se, basicamente, à cobertura dos Poderes da República.

Dessa forma, ao contrário de outras capitais brasileiras, o jornalismo local de Brasília constituiu-se e desenvolveu-se - predominantemente - como *jornalismo nacional*. Registre-se, aliás, que esta não é uma característica exclusiva de Brasília: pode-se fazer a mesma afirmação com relação a outras cidades como, por exemplo, Washington nos Estados Unidos ou Moscou na Rússia.

Ao longo de quase 30 anos, a principal pauta do jornalismo de Brasília, tanto local quanto das sucursais, foi a ação do governo federal, entendido aqui, sobretudo, como a ação do Poder Executivo. O Legislativo e o Judiciário ocuparam, historicamente, uma posição secundária nessa agenda, decorrência não só da atrofia provocada pelos 21 anos de autoritarismo militar, mas também da herança de nossa tradição política conservadora que sempre entendeu a política como reduzida ao Estado, leia-se ao Poder Executivo.

Não se deve ignorar também, que as circunstâncias deste “jornalismo oficial” fizeram com que se desenvolvessem, historicamente, relações especiais entre diretores *de emissoras de TV, proprietários de jornais e/ou chefes de sucursais, e diferentes setores dos Poderes da República*.

Com certeza existe para este reduzido segmento da atividade jornalística - os proprietários e administradores - a mesma característica de “simbiose” que existe para os jornalistas (repórteres, analistas) em função da proximidade social e/ou geográfica com as fontes oficiais. Além disso, vale lembrar que os mídia de Brasília, mais do que os de outras cidades brasileiras e em função mesmo das características predominantes administrativas da capital, dependem, em grande parte, das verbas publicitárias dos governos federal e local para sua sobrevivência econômico-financeira.

Se essas foram as características gerais historicamente predominantes do jornalismo de Brasília, como se situa o jornalista e sua prática profissional neste contexto?

Em primeiro lugar há que se registrar que as principais fontes deste jornalismo foram, na sua esmagadora maioria, as fontes oficiais: burocratas do “primeiro escalão” do governo federal, leia-se, Poder Executivo, nos diversos Ministérios e no Palácio do Planalto e, naturalmente os próprios ministros e o presidente da República, este a fonte oficial maior; deputados e senadores, preferencialmente os líderes do governo e dos partidos e os presidentes e membros

---

primeiras eleições para o Congresso Nacional em 1986. Na perspectiva histórica que nos interessa, todavia, o *jornalismo oficial* foi a orientação identificadora e predominante do jornalismo de Brasília até recentemente. Registre-se, por exemplo, que o *Correio Braziliense*, só veio a ter um Caderno de Cidades, específico para a cobertura local do Distrito Federal, em abril de 1995!

das mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e os membros dos diversos tribunais superiores do Poder Judiciário, preferencialmente seus presidentes. Eventualmente, algumas dessas fontes oficiais “falam” através de seus porta-vozes, assessores de imprensa ou chefes de assessorias de comunicação social, eles próprios jornalistas, mas esse fato não altera o caráter oficial enfatizado aqui.

Em segundo lugar, há de se reconhecer que, embora o presidencialismo brasileiro, durante o regime militar e depois dele, implicasse na substituição periódica dos ocupantes do chamado “primeiro escalão”, isto é, das principais fontes oficiais, a procura deste “tipo” de fonte permaneceu invariável na rotina jornalística de Brasília. Desta forma, independentemente da mudança dos ocupantes do “primeiro escalão”, a prática profissional mantém a rotina que identifica o “primeiro escalão” como fonte oficial e, portanto, como fonte hierarquicamente mais qualificada. Isto confirma a existência, no jornalismo de Brasília, do “modelo cumulativo”, ou seja, jornalistas repetidamente em contato com um número reduzido de fontes do mesmo tipo, limitando desta forma a presença nos mídia de outras fontes, vale dizer, de uma representação não-oficial da realidade.

Finalmente, é sabido que os jornalistas de Brasília privam de uma formidável proximidade social e geográfica com suas principais fontes oficiais transformando em realidade concreta a relação “simbiótica” identificada por pesquisas em contextos profissionais diferentes dos nossos. Vejamos: residem na mesma nova cidade, isolada no Planalto Central onde as opções de lazer ainda são bastante reduzidas comparadas àquelas de cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo; muitas vezes residem no mesmo bairro; jornalistas ou seus filhos freqüentam ou freqüentaram o mesmo Colégio ou Universidade de algumas de suas principais fontes ou de seus filhos; freqüentam os mesmos restaurantes, clubes, festas e, não tão infreqüentemente, estabelecem até mesmo relações de parentesco, diretamente ou através de seus filhos.

*São as características acima apontadas que sempre identificaram o jornalismo e a prática profissional do jornalista em Brasília, na medida em que ambos constituem e são constituídos em uma estrutura simbólica de expectativas, orientações e valores cujo elemento diferenciador é exatamente a proximidade do poder político central. Essa estrutura simbólica não determina o conteúdo das notícias mas, certamente, definiu historicamente os limites de representação de uma “realidade oficial”, dentro dos quais a notícia é produzida. Constitui-se, então, uma subcultura própria que poderia ser chamada de “subcultura profissional do jornalismo oficial” e que tem permeado a prática profissional do jornalista e o jornalismo de Brasília.*

É dentro dessa perspectiva histórica que nasce a TV Globo Brasília em 1972, em pleno regime militar e durante a presidência do general Médici. O telejornalismo local surge “colado” aos telejornais nacionais - *Jornal Hoje* e JN - e só em 3 de janeiro de 1983 vai ao ar a primeira edição do DF-TV, simultaneamente com os outros telejornais locais “independentes” (RJ-TV, SP-TV, MG-TV e NE-TV) das demais emissoras próprias da Rede Globo<sup>8</sup>.

#### *O conteúdo (pauta) das notícias*

O DF-TV, primeira edição, é um telejornal apresentado de 2ª feira a sábado, com início em torno das 12:30h. e duração média pouco inferior a 20 minutos de noticiário (excluídos os intervalos comerciais). É dividido em 4 blocos, precedidos de chamadas curtas, sendo que os dois/três primeiros são, geralmente, dedicados a *hard news* (política, economia, cotidiano) e os dois últimos, especialmente o último, a *soft news* (entretenimento, agenda cultural). O DF-TV, quase diariamente, convida pessoas ao seu estúdio para entrevistas ao vivo, apresentadas no 2º e/ou 3º blocos. A estrutura (formato) dessas entrevistas é, na maioria das vezes, de um debate mediado pelo apresentador do telejornal entre convidados-entrevistados em posições opostas. O DF-TV possui "colunas" fixas de decoração (2ª feira), moda (5ª feira), videobiografia e link da cidade (sábados) e, eventualmente, Cidades do Entorno (que são reportagens sobre as cidades dos estados de Goiás e Minas Gerais que fazem limite com o Distrito Federal), Saúde etc. Além disso o DF-TV apresenta um número razoável de matérias de “serviço” distribuídas pelos diferentes blocos e uma coluna fixa de meteorologia com a previsão do tempo.

---

<sup>8</sup> São escassas as informações sobre a história do telejornalismo local. Infelizmente, durante o período em que esse texto foi elaborado, não foi possível colher o depoimento de jornalistas-chave que trabalharam no início da TV Globo-Brasília.

Nosso interesse específico são as *hard news*, em geral concentradas no 1º e 2º blocos. A cronometragem dessas *hard news* em uma “semana composta” do período total de gravação revelou que mais da metade do telejornal, 55.25% (12 blocos de 20 possíveis) são dedicados, em média, a esse tipo de notícia, estando aí incluídas eventuais notas de serviço<sup>9</sup>.

A questão que nos interessa, a seguir, é saber qual o conteúdo/pauta predominante das *hard news* do DF-TV? Durante a “semana composta” analisada constatamos que, em primeiro lugar está a violência [acidentes de trânsito (4 matérias) assassinatos (1 mat.), assaltos (2 mats), rebelião de presos (1 mat.), julgamento/júri (1 mat.)]; em segundo lugar está a prostituição (infantil e adulta, 2 matérias). A ocupação irregular de áreas públicas (invasões), o comércio ilegal de contrabando (feira do “Paraguai”) e a poluição do Lago Paranoá são outros temas que merecem destaque na cobertura da “semana composta”.

#### *A estrutura (formato) das notícias*

A cobertura dos temas identificados acima segue uma *estrutura padrão* que pode ser descrita da seguinte maneira: na abertura do telejornal há chamadas curtas (5 segundos, em média, cada) para os temas em destaque naquela edição<sup>10</sup>; dentro do bloco de notícias específico o apresentador faz a abertura da matéria e chama a reportagem; o repórter descreve o problema, entrevista a(s) pessoa(s) envolvidas e, em seguida, entrevista uma “autoridade” pedindo “explicações” para a situação: porque está assim, o que está sendo feito, quando fica pronto etc. Em seguida o apresentador faz um comentário e emite sua posição sobre o assunto. Quando o tema permite, após a reportagem, volta-se ao estúdio para um debate onde estará presente uma “autoridade” - das administrações regionais ou de órgãos da estrutura do executivo do GDF - que é confrontada com um morador/ usuário/vítima etc. da situação/problema e para quem são pedidas explicações.

---

<sup>9</sup> Para um período de 6 semanas (de 1º de julho a 9 de agosto), das 36 edições que foram ao ar, gravamos, não sequencialmente, 25 edições, isto é, 69.4% do universo total possível. Deste conjunto, foi composta uma semana (segunda a sexta feira) com dias da semana diferentes de cada uma das seis semanas possíveis (2a.-28/7, 3a.-1/7, 4a.-6/8, 5a.-17/7 e 6a.-25/7), embora não em sequência.

<sup>10</sup> Se considerarmos, com Weaver (1975/1993), que “as notícias de televisão são coerentemente organizadas e estreitamente unificadas - e isto é verdade para cada notícia bem como para o conjunto das notícias... (e que) os telejornais tendem a apresentar uma interpretação única e unificada dos acontecimentos do dia como um todo” (pp. 297-98, *passim*), teremos que atribuir às “chamadas” curtas na abertura do telejornal e no fechamento dos blocos e às aberturas das matérias que recuperam o enquadramento das chamadas, esse papel unificador no DF-TV.

### *O enquadramento*

O enquadramento que prevalece na cobertura dessas “notícias”, em geral, tende a atribuir ao “Governo” ou às “autoridades” a responsabilidade pelos problemas descritos e enfrentados pela população. Essa atribuição de responsabilidade é despida de qualquer perspectiva histórica, como se todos os problemas se originassem num presente eterno, e é feita, muitas vezes, diretamente em “comentários” do próprio apresentador, após as reportagens.

O “Governo” é identificado como “*sem autoridade*”, “*incapaz*” (de “*manter a lei e a ordem*”, de “*pelo menos fazer a parte dele*”), “*impotente*”, “*incompetente*”. O “Governo” é também identificado como fazendo “*propaganda de mais e agindo de menos*”. Além disso, refere-se às “*autoridades*” (da área de segurança pública) como “*não fazendo nada*” ou “*pouco*”, assim mesmo só quando o DF-TV mostra reportagens sobre a violência e elas (as autoridades) realizam operações “*só para jornalista ver*”<sup>11</sup>.

Brasília é representada como uma cidade onde “o trânsito é um caos”, “a saúde está em crise”, existe uma “rotina de medo” com relação aos mais variados crimes, a “realidade é cruel e sangrenta”, a prostituição infantil é generalizada e a população “ri dos dados do governo” que atestam a diminuição da criminalidade.

Selecionamos, de diferentes edições do telejornal durante o período analisado, 4 reportagens, com uma média de duração de 2 minutos e 9 segundos, seguidas de comentários do apresentador que exemplificam o tipo de enquadramento que predomina no tratamento das matérias:

#### Exemplo 01:

*Data:* 02 de julho

*Tema da matéria:* Retirada de Invasores da Estrutural

*Chamadas (1a.):* Confusão na Invasão da Estrutural. IDAHB é obrigado a suspender retirada de barracos na antiga Estrutural.

*Abertura:* Invasores da Estrutural botam fiscais para correr.

*Duração:* 2m e 15 seg (1º bloco)

*Descrição:* A reportagem mostra funcionários do IDAHB (GDF), do IBAMA e soldados da Polícia Militar sendo obrigados a interromper a derrubada de barracos que ameaçam uma reserva ecológica e se retirar da “Invasão da Estrutural” para evitar

---

<sup>11</sup> Concluir que um *enquadramento* “adversário” é predominante não significa desconhecer que existem matérias, reportagens e entrevistas que são *enquadradas* de forma “não-adversária”. No período que estamos analisando, por exemplo, o DF-TV ocupou um bloco inteiro de entrevista com o Governador do Distrito Federal, ocasião em que ele pode expor sua posição com relação a vários temas que estavam sendo tratados de forma “adversária” pela cobertura cotidiana do telejornal (DF-TV, bloco 3, dia 4 de agosto). Esse *enquadramento*, todavia, é claramente a exceção e não a regra.

conflito com os invasores. Há entrevistas com um fiscal e com o coordenador da operação que garante que eles voltarão para fazer a retirada.

Comentários do apresentador ao final da reportagem: *“O Governo do Distrito Federal perdeu a autoridade e não consegue manter a lei e a ordem na Estrutural, uma região que está se tornando intocável. O episódio de hoje mostra ainda toda a impotência do GDF para resolver um problema que já se arrasta há mais de dois anos. O Governo prometeu remover a invasão, ganhou o apoio da população e definiu a área para onde faria a transferência, mas perdeu o momento político e ainda aumentou o problema ao criar uma invasão provisória. Tudo leva a crer que a invasão da Estrutural vai ficar exatamente aonde esta.”*

Exemplo 02:

*Data:* 02 de julho

*Tema da matéria:* Violência em Samambaia (cidade-satélite do D.F.)

*Chamadas:* não há.

*Abertura:* O medo toma conta de Samambaia. Assaltos e assassinatos fazem parte da rotina da cidade.

*Duração:* 2m e 32 seg. (2º bloco)

*Descrição:* A reportagem noticia o assassinato de um jovem. Entrevista o pai da vítima num barraco pobre, o delegado da cidade e dois farmacêuticos que já foram assaltados e ameaçados de morte. A matéria (e o delegado) atribuem os crimes ao excesso de pessoas armadas na cidade.

Comentários do apresentador ao final da reportagem: *“O dia-a-dia de Samambaia mais lembra um filme de farwest, onde todo mundo anda armado e resolve qualquer problema a bala. Só que naqueles filmes às vezes aparece um xerife que proíbe o uso de armas na cidade e tenta controlar a situação. E aqui, na realidade cruel e sangrenta do Distrito Federal, ninguém faz nada. Há duas semanas, depois de mostrarmos uma série de reportagens sobre a violência no Distrito Federal, as autoridades até que se mexeram. Mas foi pouco. Duas operações de desarmamento e mais nada. Será que estas ações foram só ‘para jornalista ver?’”*

Exemplo 03:

*Data:* 14 de julho

*Tema da Matéria:* Violência no Trânsito

*Chamadas (1a.)* Mais um fim de semana violento no trânsito: 4 pessoas morrem em acidentes.

*Abertura:* Fim de semana violento no trânsito.

*Duração:* 1 m e 54 segundos (1º bloco)

*Descrição:* A reportagem mostra dois acidentes de trânsito ocorridos no final de semana, ambos com vítimas. Em um deles, uma criança de 5 anos atravessava na

faixa de segurança para pedestres, e mesmo assim foi atropelada por um ônibus. A repórter enfatiza o fato de que a faixa de pedestres está fraca/apagada. Há entrevistas com dois populares (uma criança) que dizem que os motoristas não respeitam as faixas de pedestre e com o avô da criança que acusa o motorista atropelador de “animal”. Antes de iniciar seu comentário o apresentador informa que o motorista do ônibus já foi identificado e preso pela polícia.

Comentário do apresentador ao final da reportagem: *“A pergunta que se faz agora é: qual autoridade vai se responsabilizar pela morte do menino? Ele confiou na Lei da Faixa de Segurança e acabou morrendo. A Lei só está sendo cumprida no Plano Piloto. Nas cidades satélites ou não existem faixas ou estão apagadas como aquela que agente viu na Avenida Samdu.”*

Exemplo 04:

Data: 01 de agosto

*Tema da matéria:* Início do Funcionamento da Feira do Paraguai

*Chamada (1a.):* Feira do Paraguai não tem data para começar a funcionar.

*Abertura:* Quem esperava fazer compras na Feira do Paraguai neste fim de semana pode desistir: mais uma vez o processo de cadastramento foi interrompido.

*Duração:* 1 m e 58 seg. (1º bloco)

*Descrição:* A reportagem mostra as dificuldades dos feirantes para regularizar sua situação. Um contador da Junta Comercial informa que 700 processos estavam com os endereços errados. O administrador da nova área (GDF) diz que o governo cumpriu sua parte e reafirma a necessidade da regularização para que os feirantes possam começar a trabalhar no local.

Comentários do apresentador ao final da reportagem: *“A novela de Feira do Paraguai parecia que estava terminando mas não pára de ganhar novos capítulos. O Governo montou uma operação de guerra e gastou 100 mil reais para transferir os feirantes. Marcou data para o início de funcionamento da nova feira. Seria o fim da ilegalidade mas, ao contrário, os camelôs se espalharam ainda mais pela cidade para vender o contrabando em condições precárias e em lugares inadequados. Se os próprios feirantes estão dificultando a legalização, o Governo deveria pelo menos fazer a parte dele. Mas nada acontece. E, enquanto isso, o Governo não para de alardear que está tudo legal. O GDF deveria fazer menos propaganda e agir mais.”*

### **Observações (provisórias) finais**

Quais explicações poderiam ser oferecidas para justificar o telejornalismo hoje praticado pelo DF-TV que representa uma significativa mudança com relação à tradição do “jornalismo oficial” (local e nacional) que durante tantos anos foi predominante em Brasília?

Como temos reiterado ao longo desse texto, não dispomos de dados para avançar com maior profundidade no esclarecimento dessas questões. No entanto, algumas observações gerais e, pelo menos, duas hipóteses básicas, não excludentes e eventualmente complementares, podem ser aqui sugeridas.

#### *DF-TV versus outros telejornais locais*

Primeiramente devemos registrar que no exame da amostra aleatória de outros telejornais locais de emissoras da própria Rede Globo (MG-TV, RJ-TV) e de uma afiliada (JA-RBS), verificamos a existência de algumas semelhanças e muitas diferenças com o DF-TV.

Em nenhuma outra das edições gravadas identificamos o mesmo grau explícito de enquadramento crítico em relação ao Governo local. Também não encontramos a freqüente editorialização por parte dos apresentadores, como ocorre no DF-TV. Há, todavia, uma tendência generalizada ao que alguns têm chamado de “jornalismo comunitário” na medida em que se enfatiza a cobertura de problemas ligados à violência/segurança (existe uma verdadeira obsessão com os problemas de trânsito. Eles são cobertos com intensidades semelhantes nos quatro telejornais locais que examinamos), saúde pública, educação e moradia da população. Por outro lado, há ênfases bastante diferenciadas na cobertura de aspectos “positivos” da realidade social e de ações independentes da sociedade civil organizada na busca de solução para diferentes problemas.

#### *O discurso adversário*

Uma primeira hipótese refere-se - apesar das aparências em contrário - a um antigo viés da atuação dos mídia no Brasil.

No final da década de 80, Campello de Souza (1989), analisando a transição democrática e utilizando-se de conceito “*adversary culture*”, cunhado por Lionel Trilling, referiu-se aos meios de comunicação no Brasil como praticando um “discurso adversário” à democracia. Será que ao definir como pauta (conteúdo) predominante a cobertura dos problemas sociais da periferia do Distrito Federal; ao estruturar (formatar) as notícias no sentido de opor os interesses e ações do “governo” e das “autoridades” aos interesses e ações da população; e ao construir o

telejornal e *enquadrar* as notícias atribuindo a responsabilidade pelos problemas do cotidiano ao "governo" e as "autoridades", o DF-TV não se enquadraria também nesta tradição? Vejamos quatro aspectos que reforçam essa hipótese:

Em primeiro lugar, esse tipo de telejornalismo local ignora que, no mundo contemporâneo, o poder de formular e implementar políticas "públicas" eficientes, desloca-se cada vez mais do Estado - nos níveis local, regional e nacional - para atores políticos privados, como empresas e organizações não-governamentais. O "governo" e as "autoridades" são os representantes da sociedade na gerência transitória do Estado que, muitas vezes, não é sequer o ator político mais poderoso (LIMA, 1997).

Em segundo lugar, não se pode esquecer que a gerência efetiva do Estado *pelos governos* está relacionada ao dever de todos os cidadãos (e pessoas jurídicas) contribuírem com a sua parcela na arrecadação dos impostos que - em tese - serão aplicados no interesse público. É claro que a realidade brasileira e do Distrito Federal, em particular, é sabidamente desigual e injusta e, portanto, o recolhimento de impostos, quando couber, tem que ser justo e diferenciado. Vários dos serviços públicos prestados pelo GDF são majoritariamente "consumidos" por moradores de outros estados - que não recolhem tributos em Brasília - ou por residentes do Distrito Federal que *estão* ou se *colocam* "fora" da cidadania e se consideram desobrigados de contribuir. São sobretudo as demandas sociais desses setores - marginais e marginalizados - que aparecem com maior frequência na pauta do DF-TV.

Terceiro, ao se colocar como canal prioritário para as demandas que esses setores da população fazem ao governo/Estado, na verdade o DF-TV contribui para que esses segmentos não se organizem para encontrar a solução de seus problemas através do exercício pleno da cidadania. Vale dizer, o DF-TV *não contribui para a solução dos problemas apontados mas para a sua perpetuação*. É mais fácil reclamar ao repórter da Globo e ter a recompensa simbólica de "aparecer na TV", do que participar de reuniões na comunidade, filiar-se a sindicato ou exercer a militância num partido político.

E, finalmente, o DF-TV ajuda a transformar o governo e seus ocupantes em instituição e seres míticos, todo-poderosos. Essa metamorfose, além de ser equivocada, favorece o personalismo e a prática política populista, ao mesmo tempo em que exime outros atores políticos - *inclusive a televisão* - de qualquer responsabilidade na construção da realidade presente e de qualquer compromisso efetivo com a busca de soluções.

### *Jornalismo comunitário*

A segunda hipótese (que, insisto, não exclui necessariamente a primeira) refere-se à tendência contemporânea de transformação do jornalismo local (de televisão e também de jornal) naquilo que os editores dos telejornais da Rede Globo chamam de “jornalismo comunitário”<sup>12</sup>. Trata-se, de maneira simplificada, da redução da notícia - como na crítica clássica dos frankfurtianos - a apenas uma mercadoria. Como consequência, a esfera pública é reduzida ao mercado e o cidadão-telespectador apenas a consumidor.

O que importa nesta perspectiva é o surrado *slogan* “dar ao telespectador o que ele quer” conforme detectado nas oscilações dos índices de audiência que instrumentalizam as decisões diárias de pauta dos editores e apresentadores dos telejornais locais. Abre-se mão das clássicas responsabilidades profissional e ética do jornalista e transforma-se a cultura profissional na obediência ao mercado. O critério mais importante é garantir a audiência no horário, vale dizer, garantir os anunciantes e o faturamento. A lógica da notícia se submete, sem mais, à lógica do entretenimento.

### *Auto-imagem*

Outro aspecto que nos interessa identificar é qual papel o DF-TV e seus jornalistas atribuem a si mesmos. Num dos comentários reproduzidos acima, o apresentador explicita que *as autoridades só agem em resposta àquilo que o DF-TV mostra*. Torna-se clara, portanto, a auto-atribuição ao telejornal de papel de definir (construir) a *agenda de ação* dos órgãos do Governo local, assim como de canalizador e intermediário entre as demandas da população e o Governo. Além disso, nos exemplos citados, fica também clara a auto-atribuição ao telejornal e aos seus jornalistas de um papel permanente de fiscalizador(es) das ações do Governo e das autoridades. O apresentador do DF-TV se transforma, assim, numa espécie de “ouvidor geral” e pede explicações em nome da “população”<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Essa proposta não é exclusiva da Globo. Em Brasília a TV Brasília, afiliada à Rede Manchete e de propriedade dos Diários e Emissoras Associadas, adotou esta orientação desde abril de 1997. Em artigo recente o diretor de jornalismo da TV Brasília afirmou que “a nível local (os brasilienses) sugeriram um jornalismo que revelasse um envolvimento real com Brasília e as cidades-satélites, com muita interatividade e prestação de serviço” (cf. Pereira, *Correio Braziliense*, 13/4/97). Em outra matéria o mesmo diretor é citado afirmando “estamos conseguindo fazer em televisão aquilo que no rádio sempre funcionou muito bem: a interatividade” (cf. Rocha, *Correio Braziliense*, 16/9/97).

<sup>13</sup> Manifesta-se aqui uma contradição do jornalista que se considera ao mesmo tempo “profissional” e “representante do público”. Hallin e Mancini (1984/93) e Hallin (1996) tratam dessas questões. Creio que no caso brasileiro - inclusive no que tem sido chamado de *jornalismo cívico* por analogia com o *cívico*

### *E a democracia?*

Finalmente, a questão principal no horizonte de uma futura pesquisa que se venha a realizar sobre o tema do telejornalismo nacional *versus* local, seria qual o papel que o telejornalismo está desempenhando no processo de consolidação de instituições democráticas estáveis e permanentes no Brasil deste final de século. O viés dessa discussão será certamente distinto daquele que já há algum tempo se faz nos Estados Unidos e refere-se a uma crítica de origem conservadora aos mídia considerados “liberais” (HALLIN, 1994, esp. cap. 3). A questão entre nós deverá caminhar na direção, já explorada por Campello de Souza (1989) e Porto (1996), de esclarecer até que ponto os mídia são responsáveis pela inexistência de distinção entre *eficácia* e *legitimidade* do nosso regime democrático.

Nesse sentido, se o “discurso adversário” verificado no DF-TV for confirmado numa pesquisa sistemática, valeria também a pena analisar comparativamente o conteúdo (pauta), a estrutura (formato) e o tipo de *enquadramento* das notícias nos telejornais de emissoras da Rede Globo (próprias e afiliadas) em localidades onde o Governo local tivesse as mesmas vinculações políticas e partidárias do atual Governo do Distrito Federal.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE, A. A campanha presidencial no 'Jornal Nacional': observações preliminares. *Comunicação & política*, NS, v. 1, n. 1, p. 23-40, 1994.

ALVES, R. C. Tempo de reflexão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 jul. 1997.  
Disponível em: <[www.oglobo.com.br/colunas/rosental.html](http://www.oglobo.com.br/colunas/rosental.html)>

BARROS E SILVA, F. O 'JN', o PFL, FHC e o X da Questão. *Folha de São Paulo*, 25 maio 1997. TV Folha, p. 2.

BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRICKMANN, C. Pérolas do jornalismo de insinuação. *Revista Imprensa*, v. X, n. 119, p. 46, 1997.

---

*journalism* dos Estados Unidos - o profissionalismo tem sido entendido como equivalente à submissão ao mercado praticada pelos que fazem o *jornalismo comunitário* acima descrito.

CAMPHELLO DE SOUZA, M. C. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 563-627.

FABRÍCIO, G. B. *O Jornal Nacional da Rede Globo e a construção do cenário de representação da política (1/10/93 a 1/10/95)*. Tese de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília, 1997.

GITLIN, T. *The whole world is watching*. Berkeley, CA: University of California Press, 1980.

GOIS, A. Radar. *Veja*, ed. 1516, ano 30, n. 40, p. 25, 8 out. 1997.

HALLIN, D. Commercialism and professionalism in american news media. In: CURRAN, J.; GUREVITCH, M. (ed.). *Mass media and society*. (2nd. edition). London: Edward Arnold, 1996, p.243-261.

\_\_\_\_\_. *We keep America on the top of the world*. London: Routledge, 1994.

HALLIN, D.; MANCINI, P. Falando do presidente: a estrutura política e a forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1984/1993, p.306-25.

LIMA, V. A. Comunicações, política e democracia. In: CASTRO, M. F.; TRINDADE, A. A. C. (org.). *Sociedade democrática no fm do século*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 119-45.

\_\_\_\_\_. Brasília segundo a lente do DF-TV. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 11 mar. 1997. Caderno Dois, p. 8.

\_\_\_\_\_. Jornalismo oficial: a imprensa em Brasília. VV. AA., *Jornalismo de Brasília: impressões e vivências*. Brasília: Sindicato dos Jornalistas Profissionais/Lantana, 1993, p.15-22.

\_\_\_\_\_. The State, television, and political power in Brazil. *Critical studies in mass communication*, v. 5, n. 2, p. 108-28, 1988.

LINS DA SILVA, C. E. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985.

MIRA, M. C. O Global e o local: mídia, identidades e usos da cultura. *Margem*, São Paulo, FCS, PUC-SP, n. 3, p. 131-49, 1994.

PEREIRA, A. Os novos caminhos da TV Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 13 abr. 1997. Imprensa, p. 1-37.

PORTO, M. P. *New political strategies in brazilian television? Globo's 'Jornal Nacional' in a comparative perspective*. Trabalho apresentado no Congresso da LASA-Latin American Studies Association, Guadalajara, México, 1997.

\_\_\_\_\_. A crise de confiança na política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia. In: BAQUERO, M. (org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1996.

ROCHA, M. Resultado melhor do que esperado. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 16 set. 1997. Caderno Dois, p. 8.

SARTORI, G. *La democracia después del comunismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

SQUIRRA, S. *O Telejornalismo brasileiro em tempos de globalização*. Trabalho apresentado no Congresso da INTERCOM, Santos, S.P., setembro 1997.

\_\_\_\_\_. *Boris Casoy – o âncora no telejornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1993.

TRAQUINA, N. O paradigma do 'agenda setting': redescoberta do poder do jornalismo. *Revista Comunicação & Linguagens*, n. 21-22, p. 189-221, 1995.

WEAVER, P. As notícias de jornal e as notícias de televisão. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1993.

WOLF, M. *Teorias de Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

*Recebido para publicação em novembro de 1997.*